

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelos organizadores e autores dos capítulos do e-book **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil** para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

BRITTO, Clovis Carvalho. Rompendo silêncios: José Joaquim Rodrigues Lopes e o gabinete de história natural da província do Maranhão (1844). In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. Ebook (p. 86-102).

ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA

O NORDESTE E
A REESCRITA DAS PRÁTICAS
MUSEAIS NO BRASIL

Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo
(Organizadores)



Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)

Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)

Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)

Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)

Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)

Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)

Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)

Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)

Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)

Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)

Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)

Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)

Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo
Organizadores

**ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA:
O NORDESTE E A REESCRITA DAS
PRÁTICAS MUSEAIS NO BRASIL**

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico

Salvador - Bahia
Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq)

- 2020 -

Copyright © 2020 by Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás
CNPJ: 24.730.953/0001-73
Site: <http://editoraespaocoacademico.com.br/>

Contatos:

Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem da capa: Vidro quebrado azul - Oleksii Vovk | Dreamstime.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

E81 Estilhaços da memória : o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil [livro eletrônico] / Organizadores Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico ; Salvador[BA] : Observatório da Museologia na Bahia[UFBA/CNPq], 2020.
356 p. ; Ebook.

Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-00-07333-1

1. Museu. 2. Museu – Nordeste – Brasil. I. Britto, Clovis Carvalho (org.). II. Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da (org.). III. Moraes, Suely (org.).

CDU 069(1-18)

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*
2020

SUMÁRIO

SOBRE FRAGMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
MUSEOLÓGICO NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ENTRE
MUITAS OUTRAS POSSÍVEIS INTRODUÇÕES..... 9
Maria Margaret Lopes

APRESENTAÇÃO 27
Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo

Parte I

GABINETES E COLEÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL

COLECIONISMO E ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL
HOLANDÊS DE MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644) 32
Cláudia Philippi Scharf

OS JARDINS DO PALÁCIO VRIJBURG: O RECIFE HOLANDÊS
E A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE PLANTAS E ANIMAIS
(1637-1645)..... 50
Heloisa Meireles Gesteira

O VIAJANTE FRANCÊS JEAN-BAPTISTE DOUVILLE EM
TERRAS BAIANAS E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL
NA CIDADE DO SALVADOR: A TRAJETÓRIA DE MUTAÇÕES
(1835-1931)..... 66
Suely Moraes Cerávolo
Mariana Cerqueira Rodriguez

ROMPENDO SILÊNCIOS: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES
E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DA PROVÍNCIA DO
MARANHÃO (1844) 86
Clovis Carvalho Britto

DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL AO MUSEU DE
HISTÓRIA NATURAL DO CEARÁ: O PRIMEIRO MUSEU
CEARENSE (1867-1871)..... 103
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

O ONTEM E O HOJE DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL:
UM ESTUDO DE CASO DO GINÁSIO PERNAMBUCANO..... 120
Pollynne Ferreira de Santana

Parte II
MUSEUS E COLEÇÕES DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O MUSEU DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA E A CULTURA DO PATRIMÔNIO DA BAHIA
(1894-1927)..... 140
Suely Moraes Cerávolo

“A GUARDA FIEL DE NOSSAS TRADIÇÕES E DA NOSSA
HISTÓRIA”: O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS HERÓIS
POTIGUARES (1902-1917)..... 159
Magno Francisco de Jesus Santos

“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: EM DEFESA DE
NOVOS ESTUDOS SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO PARAIBANO..... 177
Margarida Maria Dias de Oliveira

SOBREVIVENTE ENTRE “MUSEUS PERDIDOS”: NOTAS SOBRE
O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
SERGIPE (1912-1946) 195

Clovis Carvalho Britto

Rafael Jesus da Silva Dantas

Roberto Fernandes dos Santos Júnior

CULTURA DA MEMÓRIA E POLÍTICAS DO PASSADO NO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO:
O MUSEU E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO MARANHÃO NA
PRIMEIRA REPÚBLICA..... 212

Jean Costa Souza

Paulo Brito do Prado

A RETÓRICA DAS COISAS: DESLOCAMENTOS, APROPRIAÇÕES
E NARRATIVAS SOBRE A COLEÇÃO PERSEVERANÇA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS 230

Ulisses Neves Rafael

Parte III

COLECIONADORES, MUSEUS E EXPOSIÇÕES

SOBRE NEGROS, CANGAÇO E COBRAS-CORAL OU O
MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB), ANTES DELE MESMO 248

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

O MUSEU DE ARTE ANTIGA DO INSTITUTO FEMININO
DA BAHIA E O COLECIONISMO DE HENRIQUETA MARTINS
CATHARINO 268

Marijara Souza Queiroz

“COM GRANDE JÚBILO, JUSTO ENTUSIASMO E ORGULHO VOS
APRESENTO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA”:
O PIAUÍ NA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1923 286

Laila Pedrosa da Silva

EM “RESPEITO ÀS SAGRADAS RELÍQUIAS DE NOSSA HISTÓRIA”: O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA DE PERNAMBUCO, ENTRE 1928 E 1933	304
<i>Rodrigo Cantarelli</i>	
DO MUSEU HISTÓRICO AO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ: A DANÇA DOS OBJETOS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS	321
<i>Ana Amélia Rodrigues de Oliveira</i>	
“VISITANDO A CASA DO HOMEM QUE CONTA A HISTÓRIA DE SERGIPE”: JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MUSEU SERGIPANO DE ARTE E TRADIÇÃO (1948).....	335
<i>Jean Costa Souza</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	352

ROMPENDO SILÊNCIOS: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1844)

CLOVIS CARVALHO BRITTO

Como e por que razão deixou de existir o
gabinete de História natural do Maranhão,
princiado sob tão bons auspícios?
(Ladislau Netto, 1870)

O trecho em epígrafe foi extraído do relatório que Ladislau Netto, então diretor interino do Museu Nacional do Rio de Janeiro, elaborou em 1870. No relatório, Ladislau informou que um fato merecedor de destaque consistia na “estrea da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História natural [Novembro de 1844], fundado pouco antes na capital da província do Maranhão” (p. 86), e concluiu questionando os motivos que teriam contribuído para o desaparecimento do gabinete maranhense. Na verdade, a questão foi acompanhada de uma segunda provocação: “E porque rasão se não tem confraternizado este e os outros pequenos gabinetes das províncias ao Museu Nacional da Corte?” (p. 87).

Após esse questionamento de Ladislau Netto, é possível conjecturar que o Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, fundado em 1844 em São Luís, e outros pequenos gabinetes das províncias, integraram uma zona de silêncio. Visto nessa ótica, o silêncio é uma forma de poder e de produção de significados. Talvez, por essa razão, Eni Orlandi (2007) o considera como categoria do discurso, fazendo do não dito algo que significa. A autora, por sua vez, diferencia esse silêncio fundador da política do silêncio – silenciamento – materializado como silêncio constitutivo (quando uma palavra

silencia outra) e como silêncio da censura (o que é proibido de ser dito). Esse ato de “pôr em silêncio” é muitas vezes realizado nas narrativas instituídas nos e a partir dos museus, nas tentativas de monumentalização e arquivamento de determinadas lembranças e esquecimentos, gerando, inclusive, presenças incômodas e alguns “vazios institucionais” (FANINI, 2009).

A questão é que são esses mesmos mecanismos seletivos que iluminam percursos, nomes e legados, os utilizados para a invenção do anonimato, a fabricação da desimportância, a instituição de vazios repletos de significados. Por isso, Michele Asmar Fanini (2009) reconhece que investigar presenças consiste em um estudo das ausências, fruto de uma engenhosa operação. Dessa forma, os silêncios podem sinalizar “não sua inexistência de fato, mas sua presença como parte do ‘inenarrável’, estando situados, por restrições várias, ‘fora do acontecimento’” (p. 16). Interditos que nesse itinerário também serão reconhecidos como rastros, indícios que possibilitarão ler os testemunhos a contrapelo, problematizando, inclusive, as intenções de quem os construiu.

Isso é importante quando evidencio que, após o questionamento realizado por Ladislau Netto, e os textos de seus contemporâneos na década de 1870, a próxima referência que identifiquei sobre a existência do Gabinete de História Natural do Maranhão tenha ocorrido mais de um século depois na tese de doutoramento de Maria Margaret Lopes sobre as ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX:

É bem verdade que havia tempos o Museu da Corte já convivia com outras coleções existentes e mesmo colaborara para impulsionar a criação e a manutenção de outros museus, como foi o caso do Gabinete de História Natural da Bahia, o do Gabinete de História Natural do Maranhão, criado em 1844 e o do IHGB, organizado em 1854. No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. Sabemos da existência dessa coleção porque o médico solicitou doá-la ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província. [...] Se no Ceará ainda não se constituía um museu, por outro lado, em Belém, o gabinete da ‘Sociedade Filomática do Pará’, do qual se originaria o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, já era realidade desde 1866. (LOPES, 2009, p. 151-152)

A citação do Gabinete de História Natural do Maranhão, no rol dos gabinetes das províncias brasileiras no século XIX, consistiu em ação importante que rompeu, de algum modo, o silenciamento em torno de sua existência. Apesar de pouco conhecido e de ainda permanecer anarquizado na maioria dos trabalhos sobre a história dos museus no país, a generosidade de Maria Margareth Lopes (2009) em nomeá-lo, informando o ano de sua criação, consistiu em importante indício em meio aos “vazios institucionais”. Certamente, a pesquisadora se deparou com o Gabinete do Maranhão em suas pesquisas nos documentos do Museu Nacional e na leitura do relatório de Ladislau Netto, referenciado em seu trabalho.

Esses indícios contribuíram para a leitura do relatório de 1844 elaborado pelo então diretor do Museu Nacional, o cientista maranhense Frei Custódio Alves Serrão. Nele, é possível identificar o envio de coleções retiradas de suas duplicatas para o Gabinete de História Natural do Maranhão: “prontificar huma outra collecção de 130 productos mineraes, que com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (*RELATÓRIO...*, 1845, p. 6). Transcrevendo os relatórios das seções do Museu Nacional, Verona Campos Segantini (2015) sublinha que os objetos doados ao nascente Gabinete do Maranhão foram armados e montados em peanhas por Alves Serrão, concluindo que essa doação extrapolava o mero envio de duplicatas, mas delineava protocolos de colecionismo, ordenação e exibição da natureza:

Cada indivíduo desta coleção levou um rótulo com um número correspondente a idêntico numero de um catálogo, que acompanhou esta remessa, e neste catálogo todas as espécies, foram convenientemente caracterizadas, e denominadas, tendo cada uma seu nome científico e vulgar. [...] Prontificou porém esta seção ainda nesse período outra coleção de 130 produtos minerais, convenientemente caracterizados, denominados, e também classificados em gênero, famílias e seções os quais de Ordem do Governo foram remetidos ao Gabinete de História Natural da Província do Maranhão. (In: SEGANTINI, 2015, p. 155)

Os museus de História Natural tiveram um papel importantíssimo na institucionalização das ciências naturais ao longo do século XIX no Brasil. Esse é o argumento de Maria Margareth Lopes (2009), que comprovou o papel central do Museu Nacional do Rio de Janeiro nesse processo, herdeiro de uma mudança de olhar promovida pelos gabinetes e jardins de História Natu-

ral que, por meio de exposições catalogadas, estabeleceram novos modos de se fazer história. Não é por acaso que sua trajetória dialoga com a “Casa dos Pássaros”, um entreposto colonial que integrava os Museus do Império Luso-Brasileiro e, no argumento da autora, foram suas concepções e modelos que sustentaram a criação e a configuração dos primeiros anos do Museu Real do Rio de Janeiro.

No contexto brasileiro, compete destacar uma das orientações da *Instrução para viajantes e empregados nas colônias sobre maneiras de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural*, publicada no Rio de Janeiro em 1819 em benefício do Real Museu e Gabinete de História Natural:

Para melhor se-conseguir aquelle Estabelecimento parecia-me que em alguma Casa pública do Governador ou Ministro de cada uma das Capitánias houvesse um Gabinete de História Natural com todos os productos de sua Capitania somente; e que o Museu da Corte do Rio de Janeiro tivesse pelo menos um Productu irmão de cada um dos Productos dos museus parciaes das mesmas Capitánias. [...] Regulado o Museu do Rio de Janeiro, e feito o competente Catálogo, deveria remeter-se para cada uma das Capitánias uma cópia do que neste pertencesse, aos Productos que dellá tivessem sido remetidos [...] arranjando-se dest’arte o Museu parcial com o seu Catalogo similhantemente ao Museu e Catálogo geraes (*INSTRUCÇÃO...*, 1819, p. 9-10).

É possível que essa Instrução tenha contribuído para a proliferação de Gabinetes de História Natural em diferentes províncias brasileiras ao longo do século XIX, muitos deles marcados por trocas de objetos e informações com o Museu Nacional. Esses trânsitos e reelaborações podem ser observados, por exemplo, nas trajetórias do viajante francês Jean-Baptiste Douville e a criação do Gabinete de História Natural da Bahia (CERÁVOLO; RODRIGUEZ, 2018); do naturalista francês Louis Jacques Brunet e o Gabinete de História Natural de Pernambuco (GONZALES, 2016); do médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro e sua tentativa de implantar um Gabinete no Ceará (VASCONCELOS, 2015).

No bojo desse debate e na tentativa de compreender o questionamento de Ladislau Netto, transcrito na epígrafe, apresentarei considerações iniciais sobre a trajetória do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes (1803-1895) e do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, destacando-os na história do colecionismo e dos museus no Brasil.

“Todos os mais objectos que me viessem as mãos”: itinerâncias de um engenheiro colecionador

A trajetória do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão é indissociável da atuação colecionista do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, conforme argumentei anteriormente. Compete, assim, apresentar os indícios que atestam essa minha hipótese na medida em que retirar dos silêncios aspectos de suas itinerâncias poderá contribuir para a visualização das condições de possibilidade da implantação e configuração das ações museológicas no Maranhão Oitocentista ou, conforme destacou Maria Margareth Lopes (2009), para a compreensão dos seus “ideais de funcionamento” (p. 12).

José Joaquim Rodrigues Lopes nasceu em 13 de janeiro de 1803 em São Luís do Maranhão. Era filho do português José Joaquim Rodrigues Lopes e da maranhense Brígida Rosa Lopes. Em 1818, foi para Lisboa onde concluiu os preparatórios no Colégio dos Nobres e estudou na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, instituição onde se formou em Engenharia. Paralelamente, cursou Ciências Naturais na Casa da Moeda sob a orientação do naturalista Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque (Cf. SILVA; ARANHA, 1885; COUTINHO, 2005).

Na verdade, sua formação em Lisboa, entre os anos de 1818 e 1827, contribuiu para que ele tivesse contato com o universo das ciências naturais, especialmente com os Gabinetes de História Natural e suas coleções. O Colégio de Nobres possuía uma das mais completas coleções de instrumentos científicos, posteriormente transferidas para a Universidade de Coimbra (Cf. BRIGOLA, 2003). A Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho era uma escola de formação de engenheiros militares que, para a formação como oficial engenheiro, exigia a habilitação na Academia Real da Marinha, além de facultar seus alunos frequentarem o curso de Matemática da Universidade de Coimbra.

Esses trânsitos são significativos para a compreensão da trajetória de José Joaquim Lopes Rodrigues, especialmente quando se evidencia o lugar ocupado pelas ciências naturais na formação em Engenharia naquele contexto, com aulas práticas em Gabinetes de Física, Química e Mineralogia:

A princípio, enquanto, por exemplo, os botânicos dissecavam as partes sexuais das plantas e os zoólogos estudavam a anatomia dos animais, os mineralogistas iam para os laboratórios e procuravam analisar quimicamente os minerais para descobrir sua natureza. Dessa forma, a Minera-

logia se desenvolve com uma forte ligação com a Química. Perguntar sobre a origem de espécies naturais, no entanto, parece muito significativo tanto em Mineralogia, quanto em Botânica e Zoologia. Até o final do século XVIII, os três domínios da História Natural eram objeto de estudo de ciências de laboratório. As viagens e trabalhos de campo eram importantes para a coleta de espécies, que eram levadas aos gabinetes e lá estudadas cientificamente. (MENEZES, 2005, p. 53-54)

Desse modo, é evidente que a formação de José Joaquim Lopes Rodrigues em Portugal esteve calcada em trânsitos pelas principais instituições de estudo da História Natural, cujas coleções estavam preservadas em gabinetes. Portanto, é plausível que em seu retorno ao Brasil, em 1827, tenha seguido carreira no Corpo de Engenheiros Militares, ocupando diversos cargos na Província do Maranhão, de Pernambuco, em São Leopoldo e no Rio de Janeiro. Sua trajetória foi marcada pela elaboração de diversos mapas, pela condução de variadas obras públicas e pela atuação em funções políticas de relevância, tendo recebido do Governo Português o título de Barão de Mattoso.

Enquanto existem diversos registros de sua atuação como engenheiro, militar e político, suas contribuições como cientista natural e colecionador são pouco conhecidas. César Augusto Marques (1876) informou que José Joaquim Lopes Rodrigues foi o responsável pela organização do Gabinete de História Natural, em 1839, por ordem do então presidente da Província do Maranhão, Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. Na verdade, é possível visualizar seus esforços em 1838 visando criar um museu a partir de sua coleção particular:

Ilm. e Exm. Sr. – Quando tive a honra de offerecer ao Governo desta Província os objectos, cuja colleção forma o nosso nascente Muzeo, prometti ir enviando todos os mais objectos, que da mesma natureza me viessem as mãos; fiel pois a esta promessa, tenho a honra de passar as mãos de V. Exc. os instrumentos bélicos dos índios, que com este serão apresentados a V. Exc. e que me chegarão proximamente do Pará: digni-se V. Exc. aceita-los, afim de com elles se ir pouco a pouco augmentando o nosso Muzeo, ainda assas atrasado. Deus Guarde a V. Exc. Maranhão, 12 de Outubro de 1838. Exc. Sr. Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província. José Joaquim Lopes Rodrigues. (*Publicador Maranhense*, 27 out. 1838, p. 2)

O documento sugere que a coleção doada por José Joaquim Lopes Rodrigues (Figura 1) tinha um perfil eclético, não necessariamente seguindo os



delineamentos de um Gabinete de História Natural. Todavia, é provável que ela também possuísse objetos de Mineralogia e Zoologia. Isso se comprova pela normativa de 1844, quando o Governo da Província do Maranhão solicitou a listagem dos objetos que integravam essas seções da Biblioteca Pública a fim de criar o Gabinete de História Natural da Província, conforme analisarei no próximo item.

Figura 1. José Joaquim Lopes Rodrigues, 19 ago. 1868

Fonte: Arquivo de José Arthur Montenegro, Biblioteca Riograndense.

Tudo indica que o Museu Maranhense idealizado por José Joaquim Lopes Rodrigues em 1838 não foi inaugurado e que os objetos por ele doados constituíram as seções da Biblioteca Pública Provincial. Acredito que o projeto foi adiado em virtude dos impactos da Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 (Cf. COSTA, 2018), e, portanto, a criação do museu só seria concretizada em 1844, a partir da reconfiguração do projeto inicial visando o estabelecimento do primeiro Gabinete de História Natural da Província e de um dos primeiros gabinetes do país, conforme as orientações do governo imperial.

No silêncio da Biblioteca Pública: de Museu Maranhense a “alguns objectos da História Natural”

A atuação do Engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes foi fundamental para o estabelecimento do Gabinete de História Natural do Maranhão. O Gabinete, também conhecido como Museu Maranhense, resultou do empreendimento colecionista do engenheiro que, conforme destaquei, desde 1838,

doou sua coleção para a Província no intuito de formar um museu e continuou remetendo objetos para ampliá-la. Certamente em virtude das funções de engenheiro, que lhe possibilitavam viajar por diferentes espaços dentro e fora do Maranhão, possuía maiores condições de realizar sua ação colecionista. Não é sem motivos que era o responsável pela elaboração de mapas e pela maioria das obras públicas da Província, sendo diretor do Arquivo Militar e responsável pelos objetos ali reunidos.

Certamente, esses fatos, juntamente com sua formação no campo das ciências naturais, credenciaram José Joaquim Lopes Rodrigues a ser o responsável pela criação e direção do Gabinete de História Natural em 1844. Os documentos consultados me permitem supor que sua coleção doada em 1838 teria sido acomodada na Biblioteca Pública, contribuindo para a criação das seções de Zoologia e Mineralogia e para uma coleção numismática. Isso é reforçado pelo fato da Província do Maranhão, em documento datado de 17 de setembro de 1844, designá-lo para elaborar uma listagem desses objetos a fim de informar ao governo imperial e subsidiar a criação de um Gabinete na capital São Luís:

Ao Major Graduado de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes – Remetta Vmc. à esta Presidência com a possível brevidade uma relação de todos os objectos existentes na Biblioteca, e a seu cargo, pertencentes às secções de Zoologia, e mineralogia tanto dos seus nomes technicos, ou scientificos se os tiverem, como das denominações vulgares porque são conhecidos; assim como a enumeração dos objectos numismáticos, para que tudo seja levado ao conhecimento do Governo Imperial, afim de se adoptarem as providencias necessárias tendentes ao Estabelecimento de hum Gabinete de História Natural n’esta Cidade. (*Publicador Maranhense*, 12 out. 1844, p. 2)

O fato é que, após essa determinação, o Gabinete de História Natural foi criado conforme atestam o *Relatório da Repartição dos Negócios do Império do anno de 1844 (RELATÓRIO... 1845)*, que destaca o envio de objetos do Museu Nacional para o referido Gabinete. Além disso, o relatório elaborado por Ladislau Netto, em 1870, informa a existência de um catálogo com os objetos, provavelmente a listagem elaborada por José Joaquim Rodrigues Lopes a pedido do presidente da Província:

Um dos factos mais importantes dessa epocha (Novembro de 1844), foi a estreia da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História natural, fundado pouco antes na capital da província do Maranhão. O nosso Museu recebeu com grande regozijo o catálogo d'aquelle gabinete que, a julgarmos pelo que já então possuía, parecia destinado a ser o depositário dos thesouros naturaes do rico valle do Amazonas, e para innodar-se melhor ao novo museu do norte, deu-se pressa em mandarlhe como penhor de acatamento e de espontânea adhesão, um presente de cento e trinta mineraes e de cento e trinta e nove productos zoológicos de suas mais bellas collecções. (NETTO, 1870, p. 86-87)

Conforme destaquei na introdução deste capítulo, o maranhense Frei Custódio Alves Serrão, diretor do Museu Nacional, organizou e enviou para o nascente Gabinete do Maranhão “huma outra collecção de 130 productos mineraes, que com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (*RELATÓRIO...*, 1845, p. 6), seguindo as orientações da *Instrucção para viajantes e empregados nas colônias sobre maneiras de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural* (*INSTRUCÇÃO...*, 1819). Esses dados contribuem para visualizar que o novo Gabinete possuía uma expressiva coleção e surgia legitimado por uma estreita relação com o Museu Nacional da Corte, certamente em virtude do então diretor também ser natural do Maranhão e manter vínculos constantes com aquela província.

A listagem dos objetos doados pelo Museu Nacional ao Gabinete de História Natural do Maranhão pode ser visualizada em diferentes edições do *Publicador Maranhense* ao longo do primeiro semestre de 1845, a pedido de José Joaquim Rodrigues Lopes: “Rogo-lhe por bem do serviço público queira estampar em sua Folha a inclusão relação dos objectos mineralógicos e zoológicos que o Museu Nacional do Rio de Janeiro enriqueceu o nascente Museo Maranhense, confiado a minha direcção” (*Publicador Maranhense*, 2 abr. 1845, p. 3).

O pedido informa que o engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes havia sido escolhido para ser o diretor do Gabinete, instituição também conhecida como Museu Maranhense. Esses nomes aparecem como sinônimos na documentação consultada, certamente para reforçar a ideia de continuidade do Gabinete de História Natural com a coleção doada pelo engenheiro em 1838 para formar um museu no Maranhão. Além disso, a formação e a atuação do Major José Joaquim na direção do Arquivo Militar e na seção de Mineralogia e Zoologia da Biblioteca Pública contribuíram para sua escolha como diretor

do nascente museu. Do mesmo modo, a elaboração do catálogo de acordo com a Instrução de 1819 e seu envio ao mineralogista Frei Custódio Ferrão, diretor do Museu Nacional, atestam que o engenheiro possuía as credenciais necessárias para dirigir um Gabinete de História Natural.

Apesar de não identificar a listagem completa dos objetos enviados pelo Museu Nacional, em virtude do desgaste de algumas páginas do *Publicador Maranhense*, é possível observar que a coleção era incrementada com minerais e animais de várias partes do Brasil e do mundo, conforme alguns dos itens transcritos a seguir:

Lista 1: Relação de doações do Museu Nacional ao
Gabinete de História Natural do Maranhão

MINERAES

Secção 4^a

Metaes communs

Família Siderides

(Ferro, Cobalto, Nikel)

Sider arseniados

90 - Nickelina compacta

De Schneeberg (Saxonia)

91 - Cobaltina crystallisada

De Tunaberg (Suécia)

Sid. Arsenio-sulfurados

92 - Mispikel granoliforme

De Cornwall (Inglaterra)

Sid. Sulfurados

93 - Marcassite crystallisada

De Antonio Pereira (Minas)

94 - Chalkopyrites compacta

De Anglesey (Inglaterra)

95 - Leberkises compacta

De Antonio Pereira (Minas)

Sid. Oxidados

96 - Oligisto Metaloide

De Tapanhuacanga (Minas)

97 - Oligisto sanguino

De Cornwall (Inglaterra)

98 - Limonite fibrosa

De Antonio Pereira (Minas)

99 - Limonite compacta

De Eisenerz (Styria)
 [...]

 ZOOLOGIA
 CLASSE 1.^a
 Mammaes
 Ordem Caniceiros
 Família Cheiropteros
 Tribo Morcegos
 A - Phlostoma perespecillata Geoff do Rio de Janeiro
 Ordem roedores
 Família roedores claviculados
 B - Sciureus vulgaris L
 De França
 C - Mus pillorides Pallas (Albino)
 Do Rio de Janeiro
 D - Mus lemmus L
 Da Noruega
 CLASSE 2.^a
 Aves
 Ordem aves de rapina
 Família aves de rapina diurnas
 1 - Falco Communis L
 De França
 2 - Falco subbuteo L
 De França
 3 - Falco tinnuncules L
 De França
 4 - Falco Sparreriuss Wils
 Do Rio de Janeiro.
 Fonte: *Publicador Maranhense*, 1845.

As novas doações, além de incrementarem a coleção do Gabinete Maranhense também contribuíram para que o mesmo obtivesse visibilidade e integrasse o rol de museus do Império Luso-Brasileiro. Exemplo disso consiste nas doações que enviou ao Museu Nacional do Rio de Janeiro: “A província do Maranhão lembra-nos alguns mineraes de cobre que d’ahi vierão para o nosso Museu em abril de 1845” (NETTO, 1870, p. 87); e para o Museu de Coimbra: “Ao Major José Joaquim Rodrigues Lopes - Tem Vmc. a authorização que pede em o seu offício de 22 do corrente sob n. 31 para fazer presentear o Muzeo de Coimbra com alguns objectos que existem em duplicata no nosso nascente Muzeo” (*Publicador Maranhense*, 30 abr. 1845, p. 1).

O aumento de coleções demandou a Província do Maranhão um maior investimento no Museu. Em 26 de fevereiro de 1845, por exemplo, o *Publicador Maranhense* divulgou que a Inspetoria do Tesouro Público Provincial destinou ao Major José Joaquim Rodrigues Lopes “a quantia de cincoenta mil reis para empregar na compra de vidros e álcool e mais objectos para o Museu Maranhense” (p. 2). Além disso, o museu ocupava uma sala da Biblioteca Pública Provincial, que desde 1831 estava implantada na parte superior do Convento do Carmo, na Rua do Egito, no Centro de São Luís. Nesse aspecto, é importante destacar o esforço do Major Joaquim José Rodrigues Lopes para tentar aprovar as obras necessárias na Biblioteca Pública. Apesar de acumular os cargos de diretor do Museu Maranhense, diretor do Arquivo Militar e chefe do Corpo de Engenheiros, sendo responsável pela execução das obras públicas na Província, obteve autorização para poucos investimentos que contemplaram apenas uma reforma no telhado do Convento do Carmo.

O Museu Maranhense não possuía dotação própria e os recursos provinciais eram destinados à Biblioteca Pública, sob a responsabilidade do bibliotecário Trajano Cândido dos Reis. Os recursos mal permitiam a aquisição de alguns livros, conforme é possível constatar nos relatórios dos presidentes da Província. Independente das condições desfavoráveis, o museu seguia as regras aprovadas para o expediente da Biblioteca: funcionava das 8h às 14h (exceto aos domingos e feriados); eram proibidas conversas em voz alta e passeios em seu interior sob pena de expulsão; e somente poderiam frequentá-lo pessoas que se apresentassem “descendentemente vestidas” (Cf. Lei da Província do Maranhão nº 9 de 30 de abril de 1835, In: *COLLECÇÃO...*, 1847). Conforme destacaram César Augusto Castro e Ana Luíza Pinheiro (2006), era uma instituição “restrita aos homens brancos de poder aquisitivo e, principalmente, que soubessem ler e escrever. Privilégios de poucos em todas as províncias” (p. 40).

O fato é que o Gabinete de História Natural e a Biblioteca Pública estavam contíguos ao Liceu Maranhense, serviam como espaços auxiliares das aulas ali ministradas e não possuíam os recursos necessários para o adequado funcionamento:

O controle sobre as materialidades de leitura e as dificuldades para ampliar o acervo ou fazer as reformas precisas na Biblioteca esbarravam na crise econômica, política e social desencadeado com a Balaiada e, principalmente com o empobrecido da sociedade endinheirada local

com a desvalorização do algodão maranhense no mercado internacional. Neste quadro, calavam-se os comentários sobre a Biblioteca ou qualquer apoio financeiro, físico e material a mesma. Na década de 40, continuava como um lugar sombrio, paredes escuras, estantes abarrotadas de livros que dividiam espaço com outros objetos escolares, como lousas e carteiras. Situação agravada com a instalação do museu de história natural, que também funcionava no interior da Igreja do Carmo. Sob um ponto de vista social era de grande importância para a província possuir uma biblioteca e um museu, entretanto, nenhum dos dois tinha significado, muito pelo contrário, estavam fadados à ruína. (CASTRO; PINHEIRO, 2006, p. 41)

Em meio às dificuldades, o Gabinete de História Natural persistia graças aos esforços do Major José Joaquim Rodrigues Lopes. Apesar de não encontrar indícios na documentação, provavelmente o Gabinete estimulou a criação da Sociedade Filomática Maranhense, fundada em 1845, responsável pela “propagação de conhecimentos úteis, nas Sciencias Físicas e Naturaes” (*Publicador Maranhense*, 20 dez. 1845, p. 2). As duas instituições evidenciam o lugar ocupado pela História Natural naquele contexto e, certamente, o Museu era um dos espaços privilegiados dos membros dessa sociedade. Isso ganha relevância quando se observa que, em Belém, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, se originou do Gabinete da “Sociedade Filomática do Pará” (LOPES, 2009), e a existência de matérias que indicam doações de minerais para a Sociedade Filomática do Maranhão: “Em uma das sessões o Exm. Sr. Francisco de Sá offerecera uma amostra de magnifico cobre de minas, descobertas na Chapada. [...] o Sr. J. Boyer leu uma memória sobre as minas [...] que tem sido descobertas na Província do Maranhão, e apresentou algumas amostras” (*Diário Novo*, 24 jul. 1847, p. 2). A Sociedade também realizava em uma das salas do Paço Municipal cursos elementares de Química Aplicada, Mineralogia, Botânica e Zoologia. Todavia, ao contrário da experiência paraense, o Gabinete de História Natural e a Sociedade Filomática Maranhense tiveram vida curta e, tudo indica, encerraram suas atividades ainda na primeira metade do século XIX.

Com relação ao Gabinete de História Natural, curiosamente, o último documento que localizei informando a sua existência refere-se a um pedido do Major José Joaquim Rodrigues Lopes, datado de 27 de maio de 1846, solicitando a sua substituição na direção do museu e do Arquivo Militar, em decorrência de uma licença de seis meses para ir a Corte. O mesmo documento

informa que a direção do museu ficou sob responsabilidade do Dr. Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, inspetor interino da Instrução Pública. Após o retorno do Major José Joaquim ao Maranhão, em 1847, tudo indica que ele continuou responsável apenas pelo Arquivo Militar. Após essa data, a documentação da Província do Maranhão não mais se refere à existência do Museu Maranhense ou do Gabinete de História Natural. O que se nota são tentativas de colocar a Biblioteca Provincial sob a responsabilidade da Inspeção Pública, fato que ocorreu em 1851 quando a mesma foi anexada ao Liceu Maranhense.

A partir de 1848, os relatórios da Província do Maranhão não se referem mais a um museu, mas a uma coleção de objetos de História Natural pertencente à Biblioteca Pública. Em 12 de agosto de 1848, o relatório de Antônio Joaquim Amaral, então presidente da Província, sugeriu a criação de um Gabinete de História Natural com os objetos existentes na Biblioteca Pública, fato que denota a inexistência do Museu e a acomodação do que restou de sua coleção nas estantes da Biblioteca:

Na Biblioteca Pública também se precisa fazer melhores accommodações, e em ordem a se separarem de suas Estantes alguns objectos da História Natural, que ali existem com os livros, podendo ser collocados em algum pequeno Gabinete aonde se cuide convenientemente de sua conservação, promovendo-se além disso o seu augmento, o que não he difficil, em hum Paiz abundante em riquezas naturaes. (*Publicador Maranhense*, 12 ago. 1848, p. 2)

Essa situação foi reiterada por Herculano Ferreira Penna, presidente da Província do Maranhão, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no dia 14 de outubro de 1849. Nele, além de informar o estado calamitoso em que se encontrava a Biblioteca, colocando em hasta pública uma considerável quantidade de livros arruinados, sublinhou a realização de pequenos reparos no edifício visando preparar “um gabinete para depósito de vários objectos de História natural, que não podem sem inconveniente ser guardados como até agora nas mesmas estantes dos livros” (PENNA, 1849, p. 36-37). O relatório do bibliotecário público Trajano Cândido dos Reis, apresentado a Antônio Gonçalves Dias em 1851, também sublinha que os objetos de História Natural ainda continuavam na Biblioteca, separados em três estantes: “Contem actualmente a bibliotheca o seguinte: - livros bons, 2.691; em estado sofrível, 575; inteiramente estragados, 75; ao todo, 3341; dous globo ter-

restre e celeste e uma esfera armilar. Além d’isto, contém mais vários objectos de história natural, arrumados em três estantes” (GONÇALVES DIAS, 1853, p. 377).

Na verdade, muitos desses objetos sobreviventes da coleção de José Joaquim Rodrigues Lopes e que, posteriormente, somados a muitas doações, geraram o Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, permaneceram na Biblioteca Pública e integraram o Gabinete de História Natural da Sociedade de Instrução Popular Onze de Agosto (Lei Provincial nº 991 de 10 de junho de 1872) e o Gabinete de História Natural do Liceu Maranhense. A trajetória dessa coleção consiste em mote para outra pesquisa sobre os gabinetes na segunda metade do século XIX e início do século XX no Maranhão.

Por fim, reitero que meu intuito não foi responder ao questionamento que Ladislau Netto apresentou em 1870 sobre os motivos resultantes no fim do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão. O que me moveu foi a tentativa de romper alguns silêncios na escrita da história dessa instituição e de seu principal articulador visando compreender as motivações de sua criação, seus deslocamentos materiais e simbólicos e algumas das condições de possibilidade para visualizar o colecionismo pela lente das ciências naturais no Nordeste oitocentista.

Referências

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luíza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão Provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez. 2006.

CERÁVOLO, Suely Moraes; RODRIGUEZ, Mariana Cerqueira. Colecionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 197-212, jul./dez. 2018.

COLLECÇÃO das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. Maranhão: Typografia L. J. Ferreira, 1847.

COSTA, Maria Bertolina. “*Liberdades sertanias*” no Maranhão: da América Portuguesa à Balaiada (1839-1841). Tese (Doutorado em História), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia lusomaranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONÇALVES DIAS, Antônio. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas (Em carta ao Ilmo. e Exmo. Visconde de Monte Alegre, ministro do Império). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 16, v. 16. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 370-384, 1853.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. Construindo uma coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857-1862). *Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016.

INSTRUÇÃO para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de história natural arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris. Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo Excelentíssimo Ministro e Secretário e Estado dos Negócios do Reino. Do original francez impresso em 1818. Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sobre a História Natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

MENEZES, Messias Gilmar. *Claude Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império*. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve notícia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PENNA, Herculano Ferreira. *Falla dirigida pelo Exm. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, a Assembleia Legislativa*. Maranhão: Typografia de J. A. C. de Magalhães, 1849.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império do anno de 1844 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845.

SENGANTINI, Verona Campos. “*Maneira decente e digna de expor aos olhos do público*”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Innocêncio Francisco da; ARANHA, Brito. *Suplemento ao Dicionário Bibliographico Portuguez (Tomo 13)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. Quando as musas perderam a inspiração: considerações sobre um museu obliterado no século XIX. *Anais do II Seminário Brasileiro de Museologia*, Pernambuco, 2015.